



Capítulo 7

Estado dispersivo e biopolítica urbana: alguns percursos genealógicos da emergência do presente

Luis Artur Costa

Estado e cidade: governando cotidianos

A emergência do Estado Moderno, a questão social e a modulação de uma cidade disciplinar

O disparo para a emergência do Estado Moderno se dá com uma multiplicidade de condições de possibilidade a partir das quais emerge a formação dos grandes territórios unificados por governantes que se utilizavam de estratégias políticas voltadas principalmente à manutenção da legitimidade de sua autoridade e coesão social da sua nação (Bobbio, Mantteucci, & Pasquino, 1998). O exercício do poder desses soberanos sobre seu território possuía uma modulação tautológica em que seu principal objetivo era a manutenção e estabilidade dele mesmo (Foucault, 2008). Espremidos entre os interesses dos senhores regionais com sua influência local e a ação extraterritorial da igreja católica, tais príncipes territoriais (Bobbio

et al., 1998) constituíram pouco a pouco uma diversidade de aparelhos profissionalizados os quais regulavam os fluxos das condutas e riquezas de modo a restringir os primeiros e incrementar os últimos (Foucault, 2008).

Em um primeiro momento, a mediação entre o governante soberano e a cidade se dava por um conselho de notáveis (homens de boa fama e condições econômicas favoráveis que se dedicavam a uma política não remunerada) que representavam com seu prestígio a sociedade civil e definiam com sua pressuposta boa temperança as melhores medidas para atingir o tão aclamado quanto abstrato “bem comum”. Com o incremento da extensão territorial e da complexidade dos mecanismos socioeconômicos que se desenrolam nesta, os instrumentos que possibilitam a relação entre o Estado e a sociedade civil também se estendem e complexificam: do cameralismo à fisiocracia, passando pelo mercantilismo, vemos a emergência de diferentes tecnologias de poder que se coadunam em uma ciência da administração com seus técnicos responsáveis por operar na nova máquina pública (Foucault, 2008). Neste processo se adensa e complexifica o Aparelho de Estado com a função de exercer esses novos modos de governar riquezas e cidadãos através de processos de racionalização e profissionalização da administração pública (Bobbio et al., 1998). Junto ao Aparelho surge um novo segmento societário próprio da modernidade e sua nascente tecnocracia: a burocracia.

Emerge o Estado Moderno como uma máquina de tecnologias administrativas e sociais que passam a regulamentar, segmentar, hierarquizar, opor, interditar, acelerar, promover, entre outras ações direcionadas à condução das condutas de seus cidadãos na busca de um idílico e difuso Bem-estar dos mesmos. Tais ciências do Estado se especializam e coadunam com todo um campo de disciplinas científicas nascentes: urbanismo, sanitarismo, medicina, psicologia, pedagogia, criminologia, e muitas outras. A conduta das condutas dos cidadãos ganha não apenas uma nova variedade de meios (ciências e

tecnologias de poder), mas também uma variedade de novos objetivos especializados para além do poder tautológico da soberania.

Se antes as práticas de governo se voltavam ao enriquecimento e pacificação do território e seu soberano em manifestações ritualizadas de visibilização da autoridade legitimada pela tradição e nobreza, com o Estado Moderno vemos uma profusão de pequenas rotinas canalizadas ao incremento da saúde, normalidade e consequente capacidade de produção-circulação de riquezas entre seus cidadãos. O já notório deslocamento de uma política do “deixar viver e fazer morrer”, em que o soberano pune ostensivamente os transgressores para garantir a tranquilidade da lei e de sua autoridade, para uma política do “fazer viver, deixar morrer” (Foucault, 2008), na qual a anatomopolítica e a biopolítica da modernidade industrial se agenciam para incrementar força produtiva, obediência, natalidade, ordem e higiene públicas, etc. Este “fazer viver” (Foucault, 2008) propicia aos cidadãos uma série de tecnologias de promoção da saúde e correção das patologias: hospitais medicalizados (e não mais meros espaços de caridade que acolhiam aos moribundos em seus tristes últimos momentos), hospícios, casas de correção, sanatórios, reformas urbanas higienistas, ações sanitaristas promovidas pelo poder público, regulamentação das relações trabalhistas, do despejo de dejetos, da armazenagem de alimentos e das fontes de água, entre infindáveis outras medidas de normalização, esquadriçamento e classificação.

Sob os olhos desconfiados de liberais e libertários, essa instância transcendente institui uma molaridade concêntrica e hierarquizada (Deleuze & Guattari, 1996) que estria simetricamente o território e a estética existencial da modernidade europeia: dos corpos à espécie, da relação comercial ao mercado mundial, tudo passa a ser parcialmente planejado para diminuir riscos e incrementar segurança (Foucault, 2008). No entanto, o preço da segurança é o peso da tutela: o Estado, tendo sua autoridade de intervenção legitimada pelas ciências (Sanitarismo, Psicologia, Pedagogia, Psiquiatria, Me-

dicina, Urbanismo, etc.), cumpre seu papel de zelar pela vida de seus cidadãos mesmo que contra a vontade deles. A tensão entre os direitos civis e os direitos sociais produz uma série de questionamentos acerca de até que ponto aceitamos ser governados em troca da proteção estatal. Trata-se de uma tensão entre duas frentes de libertação do homem que findam por se digladiar em nosso campo político: tensão entre uma concepção de liberdade iluminista fundada no livre arbítrio racional do indivíduo que está liberto de amarras sociais (autonomia como ausência de regulação, influência, dependência, etc.), e outra concepção de liberdade como as condições mínimas de bem-estar e formação para promover um campo de possibilidades de possibilidades de ação o qual deve ser resguardado e regulamentado pelos direitos sociais (autonomia como condições de possibilidade de ação).

A concepção do poder público como fonte de autoridade legítima (legitimada por uma arguição mais laico-científica do que mágico-religiosa) e da sociedade civil como campo de intervenção do aparelho estatal em busca da promoção de proteção social cria uma série de conflitos em que ambos os termos são isolados em uma dinâmica binária de oposição (Deleuze & Guattari, 1996): de um lado, há o risco do autoritarismo de Estado pela sua sobreposição perante a sociedade civil destruindo a proteção da privacidade e autonomia dos direitos civis, e, do outro lado, há o risco da tomada do Estado pelos jogos de interesses privados presentes na sociedade que poderiam deturpar seu funcionamento e seus objetivos para longe do bem comum e do público garantidos pelos direitos sociais.

Assim, em meio às tensões que produziram polarizações entre Estado e sociedade civil, direitos civis e direitos sociais, tutela e autonomia, proteção e risco, entre outras, vimos algumas questões as quais se apresentaram como valores prementes que levam frequentemente tal metaestabilidade para o lado do Estado, da tutela e da proteção: a vida como valor inquestionável a ser preservado incondicionalmente. Vida, aqui, concebida como mera sobrevivência (fazer viver)

do indivíduo (isolar e reformar patologias, incrementar potência de ação e obediência) e da espécie (incrementar natalidade e diminuir mortalidade, eliminar morbidades regionais, sanear e ordenar territórios). A medicina, o sanitarismo, o higienismo, entre outros, se incorporaram ao aparelho de Estado para garantir a normatização da sociedade civil a partir das concepções de saúde e dos tratamentos vigentes. Os casos icônicos e já tão discutidos das reformas higienistas no Rio de Janeiro e da revolta contra a vacinação nesta mesma cidade (Sevcenko, 2010), ambas nos primeiros anos do século XX, servem como casos claros do quanto a legitimidade da proteção científica da vida pode autorizar medidas extremamente verticalizadas e truculentas do Aparelho de Estado para a sociedade civil.

O Estado Contemporâneo e Estado Mínimo, a perda da centralidade com a dispersão das ações, o questionamento da tutela estatal e a governamentalidade sutil

A igualdade entre os seres humanos serve de princípio para a isonomia das leis de não intervenção do Estado sobre a vida do indivíduo (direitos civis), mas também funciona como fim para as intervenções em busca da normalização e igualdade de condições entre os sujeitos (direitos sociais). No Brasil, assistimos à violenta restrição dos direitos civis durante as décadas de ditadura militar (1964-1985) com a intervenção estatal autoritária sobre os modos de vida da sociedade civil, além de um movimento não linear de progressiva degradação dos direitos sociais (os quais jamais alcançaram a constituição de um Estado de Bem-Estar) em anos de recessão, hiperinflação e, posteriormente, políticas neoliberais de desoneração e enxugamento da máquina estatal a partir de um modelo de Estado Mínimo (Bobbio et al., 1998). Leilões de bens e instituições estatais (privatizações), terceirizações de serviços, planejamento e execução de políticas públicas por entidades civis através de editais regulamentados pelo Estado, parcerias público-privadas, fundações que se mantêm com isenções fiscais, entre outras medidas, ilustram

um processo de pulverização das políticas de Estado em uma série de novos atores privados ou semiprivados.

Concomitantemente, no decorrer de toda segunda metade do século XX, mas em especial quando nos aproximamos da virada para o século XXI, vimos emergir propostas de embasar as concepções e políticas de direitos humanos sobre a ideia da diferença e não da igualdade. Do mesmo modo, acompanhamos, durante o período, uma série de afirmações da diferença como valor e a consequente ampliação do questionamento acerca da legitimidade do Estado e da Ciência para implementar medidas tecnocráticas hierarquizadas e violentas voltadas para a normalização e homogeneização da sociedade civil. A única baliza que se manteve inalterada foi a da economia, que passou a servir como principal legitimadora das políticas governamentais: não como uma prescritora normativa do que deve ser feito, mas como uma reguladora dos rumos das nações e suas organizações civis. Os mecanismos e objetivos da governamentalidade se pulverizam em uma miríade que mantém sua unidade pela necessidade de validação no mercado internacional e nas contas públicas¹.

A dispersão do Estado (com a decorrente fragmentação e descentralização das práticas de governo da vida) e o esgotamento das tensões entre direitos civis e sociais (pretensamente resolvidas pelo imperativo econômico como guia único da nação) são articulados pela importância do consumo e do espetáculo como tecnologias de regulação das relações sociais mais sutis do que as estratégias de governamentalidade da modernidade industrial (Baudrillard, 1995; Bauman, 2001; Debord, 1997; Deleuze, 1992; Foucault, 2008). O governo das populações, por um lado, se segmentariza em nichos identitários (Hardt & Negri, 2004) que definem alvos e táticas para

1 Por isso mesmo é que vimos sem surpresa, no ano eleitoral que passou (2014), as muitas comparações da administração pública com a administração do lar, dando especial ênfase ao fato de que as famílias não gastam mais do que recebem. Tal tomada da economia familiar como modelo de administração do Estado serve para criticar as políticas públicas voltadas aos direitos sociais e que, para tanto, devem literalmente apostar suas finanças nas possibilidades de desenvolvimento e não apenas na manutenção de um status quo.

as políticas, por outro lado, se utiliza de tecnologias menos verticalizadas de governo, mais mescladas entre Estado e sociedade civil: a saúde e assistência territoriais, os Conselhos (saúde, assistência, educação, etc), o fomento do empreendedorismo (social e empresarial), os grupos (associações, cooperativas, ONGs, Fundações, OSCIPs, etc.), as relações mediadas pela promoção do consumo e pelas imagens midiáticas, entre outras (Costa et al., 2008; Deleuze, 1992; Fonseca et al., 2008; Rose, 2011). O presente capítulo acompanhará e problematizará alguns deslocamentos vividos em nossa sociedade entre o século XIX e o XXI nas práticas disciplinares e biopolíticas em suas concretizações urbanas. Seguindo as múltiplas linhas que acompanham o surgimento e a transformação de uma fonte em uma praça da cidade brasileira de Pelotas, iremos alinhar diversos agenciamentos políticos das estratégias para o governo das condutas modernas e contemporâneas.

Uma fonte em uma praça e o governo do risco das águas: do temor dos miasmas ao deleite do espetáculo

Fonte como regulamentação disciplinar: ações biopolíticas inscrevendo geometrias centrais no urbano

A cidade de Pelotas se forma a partir de um conjunto de grandes fazendas produtoras de charque as quais se estabeleceram na região devido à profusão de arroios e rios que cruzavam sua geografia plana. Tal planície densamente vascularizada servia bem para transportar a carne seca das fazendas aos portos e destes para o mundo. Tanto dinheiro ali se produziu com as carnes produzidas por mão-de-obra escrava que logo os fazendeiros se uniram para construir uma cidade: surge o núcleo urbano de Pelotas, inscrito no território como um tabuleiro de xadrez a racionalizar a paisagem gélida do pampa. Os urbanistas planejaram um ponto central onde se localizaria a igreja e a partir daí estabeleceram uma série de quadras em linhas e colunas que definiram o corpo da cidade (Lorner, Gil, & Scheer, 2012; Müller, 2010; Soares, 2000; Souto, 1998). Pelotas vive um intenso

processo de urbanização que busca passar de um território rural a Paris em um salto:

La ciudad estaba recibiendo en estos momentos los ferrocarriles, el teléfono, la industria, casi simultáneamente a la expansión mundial de estas innovaciones, mientras que las estructuras sociales locales vivían aún tímidamente la transición de una sociedad esclavista hacia las relaciones sociales típicamente capitalistas (...) la élite local, que ha sido caracterizada como una aristocracia ilustrada y extravagante (tall aristocracy) con una base de explotación esclavista, estaba atenta a las modas e ideas mundiales e importó los conceptos higienistas para el sur de Rio Grande do Sul, una sociedad urbana aún en gestación. (Soares, 2000)

Todavía, as abundantes águas que tinham servido para o escoamento da produção e financiamento da cidade representavam um sério empecilho ao higienismo que buscava sanear este núcleo de civilidade em meio à barbárie: os arroios em profusão serviam não apenas para o transporte das pelotas (pequenas embarcações redondas em couro onde se transportava o charque), mas também para o descarte do sangue e da carcaça das rezes abatidas. Isso formava uma espessa camada de matéria orgânica nas águas e empestava a cidade com fortes odores fétidos e nuvens de insetos. Diversos relatos de viajantes do século XIX e início do XX relatam a nauseante experiência de adentrar na cidade e ser recebido por esta densa nuvem de vapores pútridos oriundos da degradação de matéria orgânica (Lorner et al., 2012; Müller, 2010; Soares, 2000).

A segurança da cidade se via ameaçada pelas águas que promoveram seu surgimento e, por isso, tais águas se tornaram um dos principais focos das ações higienistas (Soares, 2000). Isso era especialmente delicado devido ao clima extremamente úmido que até hoje impera em Pelotas e pelo fato de que nesta época não há uma articulação entre as doenças e os microrganismos que colonizam a vida provocando eventuais adoecimentos (bactérias, vírus e afins), mas sim entre patologias e vapores. A etiologia das doenças é refe-

renciada a uma série de atores distintos tornados coesos sob o conceito de miasma. Miasma é um termo derivado do teatro grego onde servia para diferenciar nas tragédias a mancha de sangue oriunda de um assassinato que fere a ordem natural e que servirá de signo do fado trágico que, doravante, acompanhará o assassino como selo da certeza de sua desventura futura (Martins et al., 1997). Assim, para a teoria miasmática, a etiologia das doenças guarda um tom dramático e pútrido: os bolores e as manchas oriundas de outras sujidades são a marca que ressalta o acúmulo dos vapores desprendidos do processo de degradação da matéria viva. Essas marcas da degradação servem de signo para outras degradações vindouras, pois são exatamente estes vapores que provocam o adoecimento em suas variadas formas: pestes, patologias, loucuras, entre outros males.

Na metade do século XIX, com um grande crescimento urbano e após uma grande epidemia de cólera em 1855 (que se alastrou pelos riachos das charqueadas para a urbe em um rastilho de pólvora), o município utilizou seu aparelho estatal para ordenar o espaço urbano com vistas a saná-lo: construíram-se hospitais (Santa Casa e Beneficência Portuguesa), centralizou-se o abate das rezes (matadouro), a distribuição dos alimentos (mercado municipal), a coleta da água (fontes) e os locais para despejo de dejetos. Nesta mesma época, enquanto se luta por sanear-ordenar o espaço urbano, são construídos pequenos refúgios dos miasmas urbanos estrategicamente dispostos no entorno da cidade: parques privados com entrada paga que prometiam passeios terapêuticos com ar e água livres dos miasmas produzidos no espaço urbano (Enke, 2012; Müller & Hallal, 2013).

Com o objetivo de controlar as pestes que se alastravam pelas águas tomadas por miasmas, o município importou, em 1873, quatro fontes forjadas em aço na França: com tal ação afirmariam sua civilidade pela ciência higiênica e pelo cultivo do bom gosto. As fontes foram dispostas em pontos estratégicos da cidade e serviriam como postos oficiais onde a coleta da água era autorizada, pois se tratava

de água potável livre dos miasmas que circulavam nos riachos da cidade. Uma destas fontes descreve em sua história uma trajetória de deslocamentos que nos permite visibilizar os diferentes sistemas de aceitabilidade da ação do Estado sobre a vida e a ordem pública: a Fonte das Nereidas na atual Praça Pedro Osório.

A fonte em questão foi instalada sobre a base de onde antes havia um pelourinho: a cidade higienizada e racionalizada sobrepunha uma límpida marca da sua civilidade à torpe mancha da brutalidade escravagista que sustentava o progresso urbano. Como sua principal função era servir de fonte higiênica de água para a população, prontamente a praça nobre da cidade foi tomada por uma série de lavadeiras e outros serviçais aos quais cabia buscar água na fonte para abastecer as residências do centro civilizado. Para evitar que a balbúrdia tomasse conta da paisagem polida dos jardins geométricos em estilo francês, a prefeitura cercou a fonte, determinou horários para o seu uso e colocou um fiscal que garantia a manutenção da ordem no local (Xavier, 2010). Evidencia-se a clara duplicidade sanitária: orgânica e social, contra miasmas e misturas em prol da limpeza e ordem simétrica. Assim, a ação do Estado (pelo Conselho Municipal) busca eliminar os riscos biológicos dos miasmas em um ambiente demasiado úmido e rodeado de matadouros, produzindo um espaço público simétrico, ordenado, centralizado pelo controle da ciência por meio da ação Estatal.

Fonte como ornamento ao footing urbano: as modulações biopolíticas se infiltram nos lares

As referidas estratégias higienistas massivas e centralizadas de ordenações-classificações do espaço público em funções únicas (mercado, matadouro, hospital, fonte), distribuídas meticulosamente por ele para controlar a produção de miasmas, logo se complexificam e sutilizam em sua capacidade de governo das condutas dos cidadãos, uma vez que apenas assim podem modular cotidianos de modo a diminuir os riscos de contaminações e epidemias. Durante as duas úl-

timas décadas do século XIX e primeiras do XX, vemos as estratégias sanitárias se intrincarem e infiltrarem os espaços privados da cidade através da rede de água e esgotos e da Polícia higienista. Ao invés de buscarem enquadrar os hábitos urbanos a partir da construção de alguns esquadros molares, estáveis e visíveis no espaço público, passam a molecularizar suas intervenções em um esquema de redes centralizadas as quais adentram os espaços privados e buscam se coadunar diretamente ao cotidiano doméstico dos habitantes urbanos. Mantém-se a centralidade coerciva da defesa da vida sana, mas sua ação é sofisticada em uma rede que se infiltra nos cotidianos privados ao ser capilarizada pelo esquadro urbano.

Em 1881, o Conselho Municipal institui as chamadas “visitas higiênicas”: inspeções surpresas em que funcionários do município investigavam as condições de salubridade de residências, comércios, etc., aplicando multas quando irregularidades eram encontradas (Soares, 2000). Entre a última década do século XIX e a primeira do século XX é planejada e viabilizada a construção de uma rede subterrânea de encanamentos os quais servirão cada residência com água potável e levarão para longe os dejetos. Em 1918 é criado o Instituto Municipal de Higiene, durante a epidemia de gripe espanhola, que mata mais de três centenas de pelotenses (Soares, 2000). Este será a Base para o Instituto de Higienismo Borges de Medeiros em 1927, centro do sanitarismo gaúcho que pretende ser um equivalente ao Instituto Butantã, em São Paulo, e ao Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. A partir desta instituição, o planejamento higiênico da cidade adquire um novo patamar de cientificidade sanitária que irá regular as novas estratégias de saneamento urbano que adentram os lares: estatística, produção de soros e vacinas, campanhas de vacinação e controle de vetores do contágio, o controle higiênico dos espaços públicos e privados, são algumas das novas estratégias que se unem para sanear o urbano de modo mais profundo e complexo.

O cuidadoso saneamento dos centros populosos pelo estabelecimento de perfeitos serviços de água e esgotos e pela execução de

um plano de construção de moradas higiênicas com acesso a vias públicas amplas e cheias de ar e luz do sol. (Cypriano Barcellos, Informe apresentado ao Conselho Municipal em 1918, ver Soares, 2000, p. 6)

Se antes havia a aglomeração de matérias orgânicas (corpos, comidas e fezes) em residências mal planejadas para a dispersão dos miasmas, a implementação do sistema de encanamentos permite a livre circulação das águas potáveis e dos dejetos, sem necessidade que estes possuam seus respectivos reservatórios em cada lar (Aguiar, 2009). Das águas potáveis paradas e dos reservatórios de dejetos que eram esvaziados em carros fétidos a circular pela cidade, passamos a um sistema subterrâneo e dinâmico que produz uma geometria simétrica a qual faz as vezes de raízes da civilidade urbana (Xavier, 2010): a base da operação de purificação-ordenação higienista de separar os bons dos maus.

Desta forma, Pelotas vem sendo saneada, vitalizada, recebendo pela rede hidráulica, que é o sistema arterial das cidades, o sangue puro e vivificante para distribuí-lo por todas as partes para as diferentes necessidades domésticas e industriais, expelindo pela rede de esgotos, que é o sistema venoso das cidades, o sangue viciado e impuro que não serve para a vida da população e deve ser jogado longe. (Discurso do Engenheiro Octacilio Pereira publicado no Relatório da Intendência de 1922, citado por Soares, 2000)

A ambiguidade entre águas e gentes do higienismo sanitário-moral também avança nos ambientes domésticos com a busca de depurar o centro da cidade dos cortiços e planificar moradas higiênicas aos proletários de maneira a evitar não apenas as doenças dos corpos, mas em especial as vicissitudes da alma coletiva. Ordem social e controle sanitário estão amalgamados na planificação ordeira dos estilos de vida urbanos.

As classes pobres e laboriosas, além do mais, necessitam de habitações higiênicas, saindo de casas insalubres - ponto de partida de

todos os vícios, de todas as calamidades que afligem o seu estado social, como já disse alguém, concluindo com estas palavras: não há reforma que mereça em mais alto grau a atenção e a dedicação dos amigos da humanidade. (Relatório apresentado pelo Intendente Dr. Pedro Luís Osório em 1922. CEDOV, BPP, citado por Gill, 2006, p. 49)

A abertura da Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, e da Avenida Borges de Medeiros, em Porto Alegre, foram medidas higienistas agressivas (com a demolição de muitos casarões) de grande porte que possibilitaram esquadrihar o plano urbano com uma geometria mais simétrica e, ao mesmo tempo, retirar da área central os indivíduos pauperizados que incrementavam o risco de adoecimento com seus hábitos pouco higiênicos e seu adensamento excessivo de corpos ao compartilhar os antigos casarões transformados em cortiços. Em Pelotas, a retirada das casas e das pessoas pauperizadas prescindiu destas demolições, pois se utilizou de duas estratégias de mercado mais sutis e menos centralizadas no Estado: ao invés de utilizar a mão forte do Estado para demolir e reescrever a geometria urbana, valeram-se do incremento dos impostos para as moradas no centro da cidade e da simultânea oferta de vivendas higiênicas a baixos preços na periferia. Usaram a sobretaxação de 20% dos impostos urbanos sobre as casas da zona central que por ventura alugavam quartos (adensando corpos e pobreza na área central do núcleo urbano) e o fomento da construção de loteamentos baratos, higiênicos e distantes nos arredores da cidade (Gill, 2006; Maciel, 2014). Vemos, dessa forma, que a intervenção se deu no meio urbano (vetores financeiros das áreas) e não sobre os indivíduos (casas, famílias, pessoas). Buscou incrementar a probabilidade de esvaziamento dos cortiços e consequente remissão dos miasmas do que prescrever a retirada dos casarões degradados e seus habitantes através do despejo e da demolição. Essa tecnologia do governo por intervenções probabilísticas (e não mecânico-deterministas) no meio (e não sobre os corpos) caracteriza a emergência de uma Biopolítica (Foucault, 2008) do espaço urbano

na cidade de Pelotas no início do século XX como principal estratégia para a retirada da população indesejada do centro civilizado e, então, saneado físico-químico-moralmente.

Tal agenciamento de medidas econômicas (taxação e oferta) fez as vezes da polícia e das grandes obras na jovem cidade. Os bairros operários pulularam pelas bordas da cidade, financiados por notáveis que “fidalgamente” construía­m residências para serem alugadas aos menos afortunados. Para tanto, recebiam isenções fiscais e garantias municipais de que o loteamento seria agraciado com as facilidades urbanas: luz, água, acesso (Gill, 2006; Maciel, 2014). A construção de tais Vilas Operárias se transformou em um grande negócio, multiplicaram-se como remendos que se sobrepunham e enfejavam o plano geométrico urbano-higienista original. Porém, apesar da nova irregularidade no plano urbanístico, essas moradas promoviam o saneamento da parte nobre da cidade e se apresentavam como a promessa de vivendas ideais para o cultivo da correção e saúde na alma proletária segundo as ideias da época.

Dentro desta dinâmica de homogeneizar a população do centro da cidade para garantir a convivência entre iguais em meio aos passeios urbanizados com paisagismo e arquitetura franceses da área central, há um grande clamor por cessar o serviço de abastecimento de água na Fonte das Nereidas. Ela estava colocada no centro da praça mais nobre da cidade, mas findava por levar serviçais, lavadeiras e escravos ao núcleo civilizado para estes se abastecerem de água potável. Com a nova trama subterrânea que ordenava os fluxos dos fluidos, finalmente a praça podia se livrar do vulgo para se tornar no local preferencial para o “footing” vespertino. O município resolveu, então, proibir definitivamente o abastecimento na fonte e realizar uma obra que realçasse os ares de ornamento do antigo chafariz: elevaram seu pedestal com mosaicos e somaram duas estátuas de cavalos marinhos em metal na sua base (Xavier, 2010). Definitivamente aquilo que havia sido uma fonte de água se transformara em ornamento para os passeios dos cidadãos de bem: a intrincada rede

capilar de regulações disciplinares e biopolíticas havia servido como condição de possibilidade para esse deslocamento nas funções da fonte: de uma sisuda intervenção disciplinar de higienismo sanitário para uma sutil ordenação social-estética do passeio público. Os encanamentos, as polícias (administrativa e sanitária), o Instituto de Higiene (e suas ações como campanhas de vacinação, enfermaria de isolamento, pavilhão de tuberculosos, entre outras), as taxações dos cortiços e ofertas de vilas operárias se atravessaram na conquista da praça para o footing como um símbolo da proximidade da “utopia da cidade perfeitamente governada” (Foucault, 1987, p. 164), ao menos para a área central de Pelotas.

Fonte degradada e revitalizada: o colapso do projeto de civilidade central e sua retomada dispersiva

As regras sanitárias vão pouco a pouco tomando códigos complexos e variados que são transformados em ações reguladoras dos cotidianos por uma variedade de sessões do aparelho de estado municipal, estadual e federal. O adensamento e a abstração dos códigos regulatórios produzem uma grande variedade de órgãos e fiscais que se diferenciam da antiga Polícia Sanitária e Polícia Administrativa para dar conta do crescimento urbano e industrial da região, do estado e do país. Polícia ambiental, vigilância sanitária, secretaria da agricultura e pecuária, secretaria de saúde, departamento de águas e esgotos, entre muitos outros, passam a conduzir de modo extremamente tecnoburocrático a regulação das relações de produção, distribuição, comércio, consumo e moradia. As águas da área central estão há muito canalizadas e os antigos riachos da cidade correm em sua maioria por galerias subterrâneas longe dos olhos dos cidadãos de Pelotas. Contudo, novos perigos apontam neste horizonte civilizado, não mais os miasmas, mas a recessão econômica, a degradação do centro da cidade e a poluição das suas águas (Vieira, 2009).

Diante dos novos riscos, os ricos da cidade buscam guarida em novos bairros e condomínios longe do centro que fora tomado por

uma população marginal (pobres, prostitutas, bêbados, moradores de rua, punhuistas, traficantes, entre outros ícones do risco urbano). Grandes casas protegidas por muros e grades são erguidas em bairros verdes nas imediações do centro urbano. Clubes e galerias com seguranças privados garantem espaços de lazer e consumo segmentados do caos e degradação do centro histórico. O casario se degrada em torno da Praça Pedro Osório e a sua antiga fonte serve de lixeira enquanto emoldura as cenas noturnas de prostituição e venda de substâncias ilícitas. A prefeitura municipal e sua praça, degradadas, servem de signo do colapso do antigo sonho da cidade perfeitamente governada sobre o próprio peso.

Abandonado à ação das forças de mercado, o centro experimentou sua destruição nos últimos anos do século passado, graças à fuga das atividades de comércio, serviços, habitação e lazer para a periferia. Fuga esta motivada pelo aumento do valor da terra, do trânsito e dos custos com transportes na área central aliados a uma oferta de terrenos mais baratos e adequados nas áreas periféricas. Além disto, o aumento na mobilidade individual e mudanças na economia interna das cidades contribuíram para o movimento em direção às periferias. O resultado foi que os centros nas periferias passaram a atrair consumidores com maior possibilidade de mobilidade em função de seus rendimentos superiores. O centro tradicional ficou assim dependente de um tipo de consumidor local e mais pobre e as periferias viram surgir novos centros. Na esteira destes acontecimentos se verifica uma diminuição considerável da atividade comercial nos centros tradicionais com uma conseqüente diminuição das atividades da atração no centro. (Vieira, 2009, p. 405)

É desta cena do antigo centro tomado pela população que dele havia sido afastada que emerge um novo fôlego do antigo sonho de cidade higienizada, mas sustentada sobre novas estratégias: a revitalização e retomada da memória dos tempos áureos. A revitalização não justificará seu curso sobre o argumento miasmático ou microbial, nem mesmo apelará à epidemiologia contemporânea e suas sofisticada-

das ferramentas de cálculo estatístico. Ela partirá de um conceito de vida que não está se contrapondo ao adoecimento e que tampouco é registrado pelas plataformas biomédicas, vida aqui não se restringe à sobrevivência ou ao silêncio dos órgãos: a vida da revitalização é uma vida pautada pela atividade econômica na qual a necrose dos espaços urbanos é medida por sua descapitalização. Nestes processos de “revitalização”, uma determinada imagem de vida se impõe: a *fun morality* (Baudrillard, 1995), o espetáculo (Debord, 1997) e a ação motivadora, sedutora e imediata do Controle (Deleuze, 1992).

Assim, espaços urbanos necrosados são aqueles onde o fluxo de capital se encontra fraco: se o higienismo moderno buscava a circulação dos corpos, ar e luz, na revitalização quer-se fazer circular o consumo de bens e serviços, sobretudo os atrelados ao turismo (cidades descapitalizadas devem atrair o capital de consumo presente em outras urbes). O Poder Público e o Privado se aliam, então, ao estabelecerem uma série de estratégias (benefícios como isenção fiscal, melhorias de urbanização, financiamentos, etc.) que fomentem o investimento de capital e a decorrente transformação no perfil dos frequentadores e habitantes da região: o que, por sua vez, garantirá a permanência e capilarização dos fluxos de capital a irrigarem a região antes necrosada. Com o principiar dos investimentos no bairro decadente, inicia-se um processo denominado *gentrificação*, ou enobrecimento, o qual consiste na valorização do solo revitalizado, o que redundará em incremento nos valores dos aluguéis e das propostas de compra dos imóveis. Desse modo, seja por maiores encargos para o orçamento doméstico ou pela tentação da oferta de compra, ocorre uma migração para outras áreas da cidade: uma civilizada expulsão na qual as partes concordam com a impossibilidade de permanência. Tais deslocamentos urbanos provocados pela especulação financeira motivada por um sistema de incentivos fiscais e possibilidades de exploração comercial podem ser considerados movimentos sustentados por uma lógica higienista difusa, que não parte de uma máquina de ressonância central e estratégias macropolíticas, mas, sim, de uma

rede de micropolíticas fluídas, as quais redundam em pequenas regulações que se integram umas às outras formando a coesão que dá emergência à higienização da área urbana (Costa, 2007).

A cidade de Pelotas também foi agraciada por práticas de revitalização para irrigar seu centro decrépito com os ares de novidade do consumo e turismo. Tal projeto tem seu início em 2000, sob a orientação da UNESCO, financiado com verbas do banco Interamericano de Desenvolvimento e coordenado em seu planejamento e execução pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional. Em 2003, foi revitalizada a Praça Pedro Osório e sua Fonte das Nereidas (Xavier, 2010). Um ano após, em 2004, novas ações são realizadas no entorno da Praça e de sua fonte: edificações que formam a paisagem urbana da Pedro Osório começaram a ser revitalizadas também. O Mercado Público, o Teatro Sete de Abril, o Grande Hotel, a Prefeitura, a Biblioteca Municipal e uma série de casarões foram reformados para transformar o antigo centro civilizado da cidade na sua maior atração turística (Santos, 2014).

Assim, com a completa revitalização da Praça e das edificações no seu entorno, vemos mais um deslocamento nos usos da Fonte das Nereidas. Posta sobre a base de um pelourinho no século XIX, serviu de ponto autorizado para a coleta de água higiênica, como ornamento ao footing civilizado e como alcova para prazeres proibidos. No entanto, se passara o final do século XX cheia de lixo e envolta por moradores de rua em uma zona da cidade esquecida pelo capital, a partir de sua revitalização a fonte se torna uma nova ferramenta na promoção do espetáculo urbano: torna-se o palco de um espetáculo de águas dançantes com som e luzes. A iluminação em lâmpadas *led* coloridas em conjunto com músicas populares servem de ritmo para o novo sistema hidráulico que rege o movimento das águas na fonte segundo as variações dos andamentos musicais e luminosos.

O espetáculo da fonte dançante age modificando os vetores de ocupação do espaço público: um novo contingente de frequentadores adentra na praça pela noite, horário em que apenas michês,

prostitutas e outros infames permaneciam em seus bancos. O prefeito, os vereadores, a alta sociedade e as famílias de Pelotas formam uma pequena multidão no entorno do show de luzes recordando os tempos áureos quando a praça servia para reunir os cidadãos de bem em seus passeios vespertinos. Novos empreendimentos abrem e reformam edificações que ainda não haviam sido revitalizadas. Os infames que frequentavam a praça degradada são repelidos pelas luzes e pelo exercício do consumo da cidadania. Sua saída daquele espaço não se deu em decorrência de uma normativa, de um regramento claro que proibisse sua entrada como quando cercaram e fecharam a fonte. Mas os investimentos de revitalização e a retomada dos fluxos de capital e pessoas naquele espaço findaram por transformá-lo tornando-o menos propício aos antigos habitantes. Esta intervenção altera os vetores do meio urbano central, atraindo consumidores e turistas em busca de espetáculo que, por sua vez, com as luzes e agitação da sua presença expulsam os que buscavam sossego nas sombras da praça necrosada. De maneira similar aos fisiocratas descritos por Foucault (2008), a intervenção se deu no meio (e não sobre os corpos) e permitiu a emergência das práticas territoriais: ação sobre a rede de relações que regula os fluxos em uma zona, área, segmento, etc. Quando a quebra da tutela passa a ser considerada terapêutica, o cuidado se transforma: o contágio, a epidemia e o vírus se tornam os modelos do adoecimento e da saúde. Entre a busca de eliminação de ciclos viciosos e a promoção de ciclos virtuosos, a revitalização serve como uma das armas das práticas biopolíticas contemporâneas de saneamento do território urbano.

A noviça rebelde da biopolítica: do medo dos miasmas nas águas ao pânico pandêmico da agorafobia

O pânico das pandemias em nossa contemporaneidade urbana hiperconectada visibiliza a importância atual dos mecanismos de contágio: drogas, violência, acidentes de trânsito, patologias psiquiátricas e infecciosas, todos são articulados com a proposição da

epidemia como modo de compreensão da sua dispersão na sociedade. Costumes, cultura, mídia, novas formas de organizar o trabalho, entre outros fatores, são elencados como meio de dispersão do contágio. Todavia, ao mesmo tempo que utilizamos frequentemente o conceito de epidemia para nos articularmos com certos acontecimentos e torná-los visíveis, vemos um deslocamento na clássica curva normal que permitia um claro juízo entre o normal e o patológico: da binariedade da norma para a dispersão do patológico em uma miríade de morbidades coexistentes (da curva normal ao gráfico de dispersão). A banalização dos diagnósticos com a constante ampliação das suas fronteiras tornou mais flexível seu uso e mais extensiva a prescrição de medidas profiláticas e terapêuticas: o afundamento da normalidade em uma miríade de patologias.

Em conjunto com essa pulverização do patológico em uma nuvem de probabilidades banal que paira sobre todo e qualquer cidadão, constatamos que a doença já não é mais apenas a quebra do silêncio dos órgãos e do silêncio da autoridade (Rose, 2011), mas também cada vez mais a melhoria da performance e a continuidade do movimento: vida como incremento do consumo de experiências. Assim, passamos de uma operacionalização de bem-estar como ausência de mal-estar (agentes patógenos, dores, sofrimento) para uma operacionalização de bem-estar como incremento no consumo de experiências, de performance, de “felicidade”. A própria Psicologia Positiva e sua virada epistêmica de um paradigma centrado nas patologias para outro voltado na direção da promoção da saúde mental nos demonstram a relevância de tais transformações em nossas tecnologias de governo pautadas pelo conceito de saúde e bem-estar.

A mesma dinâmica voltada ao incremento de performance pode ser avistada na estratégia biopolítica da revitalização urbana contra a necrose de áreas da cidade. Dessa forma, por exemplo, as águas deixam de articular-se principalmente em relação a sérios agentes patógenos a serem higienizados para evitar as pestes e epidemias

(questão que passa a ser especialmente circunscrita aos pauperizados que vivem em zonas sem saneamento qualquer), para tornarem-se possíveis vetores no incremento do turismo: agente do consumo de experiências a ser cuidado em seu frágil equilíbrio para permitir sua exploração sustentável em empreendimentos de turismo. Da fonte dançante em meio ao casario revitalizado com verba pública direta ou indireta (isenção fiscal) até a despoluição do balneário do Laranjal, vemos a emergência de mais práticas sutis de controle em meio às ainda existentes práticas coercitivas disciplinares. Se a disciplina e a biopolítica moderna promoviam um “fazer viver” circunscrito por medidas de segmentação centralizada e simétrica que equivaliam a um “sobreviver”, verificamos hoje algumas políticas voltadas a uma produção de “mais valia do viver”, um “viver mais” contabilizado pelo consumo de experiências (presentes nas tabelas das secretarias de turismo) e não apenas pela longevidade da população.

A gestão dos ciclos viciosos e virtuosos para promover a saúde dos territórios urbanos se dispersa entre uma série de atores, públicos, privados, público-privados, os quais irão modular não mais uma cidade planejada centralmente, mas uma cidade negociada localmente, de modo fragmentário e específico. A injeção de capital em certas zonas será mais uma das estratégias para diminuir as probabilidades de riscos e incrementar as potências de capitalização urbana. O Estado molar da modernidade abre espaço para um Estado segmentar que se dispersa viroticamente pela sociedade guiado pela baliza da regulação econômica e do cálculo de riscos.

Em lugar do grande medo paranoico, encontramos-nos presos por mil monomaniazinhas, evidências e clarezas que jorram de cada buraco negro e que não fazem mais sistema e sim rumor e zumbido, luzes ofuscantes que dão a qualquer um a missão de um juiz, de um justiceiro, de um policial por conta própria, de um *gauleiter*, um chefe de prédio ou de casa. Vencemos o medo, abandonamos as margens da segurança, mas entramos num sistema não menos concentrado, não menos organizado, um sistema de pequenas inseguranças. (Deleuze & Guattari, 1996, p. 102)

Referências

- Aguiar, M. S. (2009). *Um olhar sobre o palimpsesto urbano: processo de formação e diferentes construções no tempo de um patrimônio arquitetônico às margens do Canal São Gonçalo (Pelotas/RS)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bobbio, N., Mantteucci, N., & Pasquino, G. (1998). *Dicionário de política*. Brasília, DF: Editora UnB.
- Costa, L. A. (2007). *Brutas cidades sutis: o espaço tempo da diferença na contemporaneidade*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Costa, L. A., Barbieri, A. R., Maraschin, C., & Titttoni, J. (2008). Estriagem e alisamento: usinando uma autogestão na fábrica. *Fractal Revista de Psicologia*, 20(2), 448-459.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações, 1972-1970*. São Paulo: Ed. 34.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1996). *Mil platôs*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Enke, R. G. (2012). Os tempos livres em um balneário gaúcho: lazer no balneário Villa Siqueira no final do século XIX [Trabalho completo]. In *Anais do XI Encontro Estadual de História* (pp. 931-937). Rio Grande, RS: Editora da FURG.
- Gill, L. A. (2006). Labirintos ao redor da cidade: as vilas operárias em Pelotas (RS) 1890-1930. *História*, 10(1), 45-52.

Fonseca, T. M. G., Thomazoni, A. R., Costa, L. A., Souza, V. L., & Lockmann, V. S. (2008). Microfascismos em nós: práticas de exceção no contemporâneo. *Psicologia Clínica*, 20(2), 31-45.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Foucault, M. (2008). *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes.

Hardt, M. & Negri, A. (2004). *Império*. Rio de Janeiro: Record.

Lorner, B. A., Gil, L. A., & Scheer, M. I. (2012). Enfermidade e morte: os escravos na cidade de Pelotas, 1870-1880. *História, Ciência e Saúde*, 19(Supl.), 133-152.

Maciel, L. N. (2014). A problemática dos cortiços pelotenses entre os séculos XIX e XX. *Cadernos do Lepaarq*, 11(22), 40-51.

Martins, R. A., Martins, L. Al-Chueyr P., Ferreira, R. R., & Toledo, M. C. F. (1997). *Contágio: história das doenças transmissíveis*. São Paulo: Moderna.

Müller, D. (2010). *“Feliz a população que tantas diversões e comodidades goza”: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870)*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História da Unisinos. São Leopoldo, RS.

Müller, D. & Hallal, D. (2013). Passeios e viagens em busca da natureza: novas sociabilidades da elite pelotense no século XIX [Trabalho completo]. In *Anais do XVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social* (pp. 534-546). Natal: Editora da UFRN.

Rose, N. (2011). *Inventando nossos selfs*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Santos, N. (2014). O Programa Monumenta em Pelotas e outras notícias da política de preservação das cidades históricas brasileiras. *Geocritiq*. Acesso em 03 de março, 2014, em <http://www.geocritiq.com/2014/03/o-programa-monumenta-em-pelotas-e-outras-noticias-da-politica-de-preservacao-das-cidades-historicas-brasileiras/>

Sevcenko, N. (2010). *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Cosac Naify.

Soares, P. R. R. (2000). La difusión del higienismo en Brasil y el saneamiento de Pelotas (1888-1930). *Scripta - Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, v. 69 (n. 38). Acesso em 19 de fevereiro, 2014, em <http://www.ub.edu/geocrit/sn-69-38.htm>

Souto, A. P. G. (1998). Uma estética do positivismo [Trabalho completo]. In *Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Campinas: PUCCamp. Acesso em 03 de março, 2014, em <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/576>

Vieira, S. G. (2009). Requalificação de área urbana central: o caso de Pelotas, RS. [Trabalho completo]. In *Anales del XII encuentro de geógrafos de América Latina (XII EGAL): caminando en una América Latina en transformación*. Montevideo: Universidad de la República. Acesso em 03 de março, 2014, em <http://docplayer.com.br/7284435-Requalificacao-de-area-urbana-central-o-caso-de-pelotas-rs.html>

Xavier, J. S. (2010). *Saneamento de Pelotas (1871-1915): o patrimônio sob o signo da modernidade e progresso*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, RS.